



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ ALVES

VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por:

Em:

Vereador José Maria Fernandes
Presidente da Câmara

REQUERIMENTO N.º 1344/2025

ENCAMINHAMENTO:

OF.CMU.

Em:

Requer ao executivo informações detalhadas e providências imediatas acerca do saldo acumulado no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), em especial os valores referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social, conforme registro em ata do CMAS, publicada no Diário Oficial do Município de Ubá, em 28/10/2025.

Senhor José Maria Fernandes

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta.

O vereador que abaixo assina requer, na forma regimental, nos termos do Art. 52 da Lei Orgânica Municipal, o envio de correspondência à Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Ana Paula Teixeira Graciliano, com cópia ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e ao Setor de Controle Interno do Município; solicitando informações detalhadas e providências imediatas acerca do saldo acumulado no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), em especial os valores referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social, conforme registro em ata do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), publicada no Diário Oficial do Município de Ubá, em 28/10/2025, bem como apuração de possível inércia administrativa e má gestão dos recursos públicos.

JUSTIFICATIVA

Conforme consta na referida ata do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), publicada no Diário Oficial do Município de Ubá, em 28/10/2025; o saldo da conta do Piso Mineiro ultrapassa R\$ 900.618,48 (novecentos mil reais) desde setembro de 2025, sem execução orçamentária



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ ALVES

correspondente. A própria servidora Isaura, responsável pela prestação de contas, afirmou desconhecer os motivos da acumulação, e que “neste ano, praticamente não houve pagamentos com recursos do Piso Mineiro”, alertando ainda que a Controladoria-Geral da União (CGU) identificou o montante como irregularidade grave, com risco de suspensão de repasses futuros.

Municipal de Finanças) e Giselle Cristina de Jesus Ferreira Gregório (Coordenadora do CRAS Pires da Luz / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). O presidente cumprimentou a todos e agradeceu pela presença. Em seguida, iniciou a reunião com a leitura da Portaria nº 19.970, de 24 de setembro de 2025, que nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Dando continuidade, Isaura apresentou o balancete do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), referente aos meses de agosto e setembro deste ano. Ao chegar na conta do Piso Mineiro, foi destacado que o saldo está muito alto, sendo de R\$ 900.618,48 em 30 de setembro. Isaura explicou que ela e Júlia são responsáveis apenas pelas prestações de contas e que não podem informar o motivo de haver tanto saldo acumulado, pois essa é uma questão que cabe à gestão esclarecer. A Secretária de Desenvolvimento Social, Ana Paula Teixeira Graciliano, informou que apresentou uma reprogramação do saldo do Piso Mineiro em abril, para ser utilizado no CRAS Volante. Disse que a ação está acontecendo, mas o dinheiro não foi gasto. Por isso, será necessário fazer uma nova reprogramação, que será apresentada pela Gerente da Divisão de Proteção Social Básica, Joana, na próxima reunião. Isaura reforçou que o saldo da conta do Piso Mineiro vai continuar acumulando, disse que não sabe o motivo disso estar acontecendo e ressaltou que, neste ano, praticamente não houve pagamentos com recursos do Piso Mineiro. Ela também comentou sobre a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), que aconteceu no mês passado, e que o alto valor acumulado nas contas chamou a atenção dos servidores que vieram realizar a auditoria. Isaura reforçou que essa situação é muito grave e alertou que, se o saldo continuar acumulando, pode haver redução do recurso ou ele deixar de ser repassado. Rosemar disse que o auditor da CGU visitou a APAE e afirmou estar preocupado com a quantidade de recurso que fica parado nas contas e precisa ser devolvido sem beneficiar o município. Isaura prosseguiu com a apresentação do balancete. Ao chegar na conta “73.514-0 Rede Cuidar Centro Pop”, Adaise perguntou por que o saldo continua aparecendo, mesmo após a devolução já ter sido aprovada. Nesse momento, o Presidente propôs realizar uma reunião extraordinária e convidar a Gerente da Divisão de Instrumentos de Gestão, Thaisa, para esclarecer as dúvidas relacionadas às questões orçamentárias. Cláudia perguntou se é possível

É importante frisar que, segundo o documento técnico “Fundos de Assistência Social”, o FMAS é instrumento legal e orçamentário obrigatório, vinculado ao SUAS e à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo responsável por centralizar e aplicar os recursos financeiros destinados à política pública da assistência social (art. 3º e 7º). O documento reforça que:

“Os valores recebidos só podem ser usados para serviços, benefícios e programas de assistência social, sendo vedado o uso indevido ou o acúmulo injustificado de recursos.”

A falta de execução adequada e de reprogramação tempestiva viola princípios da legalidade, eficiência e transparência (art. 37 da Constituição Federal) e pode configurar omissão administrativa e dano à política pública de assistência social, especialmente considerando que o saldo elevado não está sendo revertido em benefícios à população vulnerável.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ ALVES

Tal cenário torna-se ainda mais grave diante do adoecimento coletivo dos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, que relataram assédio moral, remanejamentos arbitrários e perseguições (que inclusive culminaram com demissões de profissionais por esse motivo), resultando em ato simbólico de protesto realizado no dia 29 de outubro, com a frase:

“O Social está de luto pela saúde mental dos servidores.”

Diante do exposto, este vereador requer:

- Cópia integral das prestações de contas do FMAS, referentes aos meses de abril a outubro de 2025;
- Relatório técnico-financeiro do Piso Mineiro, contendo saldo atual, justificativa para não execução e previsão de reprogramação;
- Cópia do plano de aplicação e das reprogramações aprovadas pelo CMAS neste exercício;
- Esclarecimentos formais sobre a utilização dos recursos estaduais e federais repassados ao Fundo;
- Providências quanto à melhoria das condições de trabalho dos servidores e medidas adotadas pela Secretaria frente às denúncias de assédio e perseguição.

Este requerimento tem natureza fiscalizatória e propositiva, fundamentado no art. 31 da Constituição Federal, art. 70 da Lei Orgânica Municipal e nas normas que regem o SUAS e o FMAS, especialmente a Lei nº 8.742/93 (LOAS).

A omissão na aplicação de recursos da assistência social fere o princípio da continuidade do serviço público e compromete o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade. Este Legislativo não pode se omitir diante da possível má gestão dos recursos públicos e do adoecimento dos profissionais que sustentam a política social em nosso município.

.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 03 dias de novembro de 2025.


VEREADOR ANDRÉ EUSTÁQUIO ALVES